

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GUILHERME DE VILLA MACHINSKI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM ENFOQUE GERENCIAL:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE
LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

CRICIÚMA

2017

GUILHERME DE VILLA MACHINSKI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM ENFOQUE GERENCIAL:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE
LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Luiz Henrique T. Daufembach

CRICIÚMA

2017

GUILHERME DE VILLA MACHINSKI

**ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM ENFOQUE GERENCIAL:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE
LOCALIZADA NO SUL DE SANTA CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Gerencial.

Criciúma, 05 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Luiz Henrique T. Daufembach – Orientador

Prof. Esp. Angelo Natal Périco – Examinador

Prof. Esp. Joélio Marcelino – Examinador

Dedico este trabalho a Deus, a toda minha
família e em especial meu pai, minha madrasta
e minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa agradeço a Deus por permitir que eu chegasse até aqui. Muitas foram as batalhas e só Deus sabe o quanto persisti para chegar até o fim.

Agradeço infinitamente meu pai, que mesmo com toda a dificuldade sempre me apoiou, esteve do meu lado nos melhores e piores momentos. Agradeço também a minha madrasta Clarice, minha irmã Karoline e minha namorada Luana por estarem sempre ao meu lado dispostas a ajudar.

Aos amigos que fiz, e principalmente ao meu grupo de estudos Cleiton, Filipe, Jhonatan, Maira e Suelen que estiveram comigo dividindo vários momentos nesses 4 anos e meio.

À empresa, pelas informações fornecidas para o trabalho e pela experiência profissional proporcionada por ela a mim.

Ao meu orientador do TCC Prof. Esp. Luiz Henrique T. Daufembach e meu orientador no projeto Prof. Sergio M. da Silva pela contribuição no meu trabalho.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para o desenvolvimento deste trabalho.

“O insucesso é apenas uma oportunidade para recomeçar de novo com mais inteligência.”

Henry Ford

RESUMO

MACHINSKI, Guilherme de Villa. **Análise das Demonstrações Contábeis:** um estudo de caso em uma operadora de planos de saúde localizada no sul de Santa Catarina. 2017. Orientador: Professor Especialista Luiz Henrique Tibúrcio Daufembach. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma/SC.

No mercado atual cada vez mais competitivo as empresas devem estar preparadas para todos os cenários. Por isso, é importante à análise das demonstrações contábeis para avaliar sua situação econômica e financeira de uma empresa. Desta forma, os gestores ou investidores, ao analisarem os resultados do diagnóstico da entidade, poderão tomar decisões mais precisas para melhorar a situação da empresa, ou buscar melhores alternativas para manter-se atuante no mercado. Com isso, o objetivo deste trabalho é apresentar a importância da análise das demonstrações contábeis para tomada de decisão de uma empresa operadora de planos de saúde situada no sul do estado de Santa Catarina. Serão apresentadas as análises dos indicadores da empresa e ao final um parecer de análise indicando a situação econômico-financeira e patrimonial da organização. Este estudo caracterizasse como uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa, e a coleta de dados deu-se por meio da pesquisa documental. O levantamento bibliográfico referiu-se sobre as principais demonstrações contábeis exigidas por lei e os principais indicadores utilizados na realização da análise. Em seguida, serão apresentados os dados do estudo de caso, demonstrando as principais demonstrações contábeis da entidade com a realização das análises dos indicadores para ao final apresentar um parecer da situação da companhia, permitindo fazer uma avaliação de sua posição econômico-financeira. Por fim, constatou-se que a empresa se mantém sólida no mercado, podendo melhorar em alguns pontos.

Palavras-chave: Análise. Demonstrações Contábeis. Indicadores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cálculo Capital Circulante Líquido	28
Figura 2 - Necessidade de Capital de Giro.....	29
Figura 3 - Composição CCL, NCG e ST.....	29
Figura 4 -Análise do CCL, NCG e ST.....	30
Figura 5 - Margens de Lucro	31
Figura 6 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido.....	32
Figura 7 - Principais indicadores	35
Figura 8 - Análise Margem Bruta.....	46
Figura 9 - Análise Margem Operacional.....	46
Figura 10 - Análise Margem Líquida	47
Figura 11 - Análise Índices de Liquidez.....	49
Figura 12 - Análise Índices de Endividamento	50
Figura 13 - Análise Retorno sobre o Investimento	51
Figura 14 - Análise Retorno sobre o PL	52
Figura 15 - Análise Administração do Capital de Giro	52
Figura 16 - Análise EBITDA	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura Básica do Balanço Patrimonial	20
Tabela 2 - Demonstração do Resultado do Exercício	21
Tabela 3 - EBITDA	33
Tabela 4 - Análise do Balanço Patrimonial - Ativo.....	42
Tabela 5 - Análise do Balanço Patrimonial - Passivo	43
Tabela 6 - Análise DRE	45
Tabela 7 - Análise Fluxos de Caixa	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ativo Circulante
AH	Análise Horizontal
ANC	Ativo não Circulante
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
AV	Análise Vertical
BP	Balanço Patrimonial
CE	Composição do Endividamento
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization
ET	Endividamento Total
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAJIDA	Lucro Antes dos Júros, Impostos, Depreciação e Amortização
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
LI	Liquidez Imediata
LS	Liquidez Seca
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
NGC	Necessidade de Capital de Giro
PC	Passivo Circulante
PCT	Participação de Capital de Terceiros
PL	Patrimônio Líquido
PNC	Passivo não Circulante
ST	Saldo em Tesouraria
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA.....	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1 Objetivo Geral	16
1.2.2 Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	16
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 CONTABILIDADE.....	18
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	19
2.2.1 Balanço Patrimonial	19
2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....	20
2.2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	22
2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	22
2.3.1 Análise Horizontal	22
2.3.1 Análise Vertical.....	23
2.3.4 Indicadores Financeiros	23
2.3.4.1 Indicadores de Liquidez.....	24
2.3.4.1.1 <i>Liquidez Corrente</i>	24
2.3.4.1.2 <i>Liquidez Seca</i>	24
2.3.4.1.3 <i>Liquidez Imediata</i>	25
2.3.4.1.4 <i>Liquidez Geral</i>	25
2.3.4.2 Indicadores de Endividamento	25
2.3.4.2.1 <i>Endividamento Total.....</i>	26
2.3.4.2.2 <i>Composição do Endividamento</i>	26
2.3.4.2.3 <i>Participação de Capital de Terceiros.....</i>	26
2.3.4.3 Administração de Capital de Giro	27
2.3.4.3.1 <i>Capital Circulante Líquido</i>	27
2.3.4.3.2 <i>Necessidade de Capital de Giro.....</i>	28
2.3.4.3.3 <i>Saldo em Tesouraria</i>	29
2.3.4.3.4 <i>Análise do CCL, NCG e ST</i>	30
2.3.5 Indicadores Econômicos	30

2.3.5.1 Margens de Lucro.....	31
2.3.5.2 Retorno sobre o Investimento	32
2.3.5.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido	32
2.3.5.4 Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA)	33
2.4 SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL	36
3 METODOLOGIA	38
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	38
3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4 ESTUDO DE CASO	40
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	40
4.1.2 Principais atividades desenvolvidas	40
4.2 PADRONIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	40
4.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	41
4.3.1 Análise horizontal e vertical	41
4.3.2 Análise dos índices de liquidez.....	49
4.3.3 Análise dos índices de endividamento.....	50
4.3.4 Análise dos índices de rentabilidade.....	51
4.3.5 Análise da administração do capital de giro.....	52
4.3.6 Análise EBITDA	53
4.4.7 Parecer de análise	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentam-se o tema, problema e questão de pesquisa. Em seguida, o objetivo geral e objetivos específicos, além de trazer a justificativa da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados;

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO DE PESQUISA

Com o atual cenário econômico brasileiro, torna-se cada vez mais difícil para as organizações manterem-se em uma posição economicamente sustentável. Sendo assim a análise das demonstrações contábeis, quando bem elaborada, pode contribuir nos processos decisórios dentro da organização.

A análise das demonstrações contábeis cada vez mais tem se tornado um instrumento essencial para a gestão das organizações, pois traz ainda mais segurança aos gestores na tomada de decisões. A análise das demonstrações contábeis permite que os gestores tomem conhecimento da real situação patrimonial, no que tange aos aspectos econômicos e financeiros.

Com a alta competitividade no mercado, é necessário que as organizações estejam atentas a sua evolução patrimonial e seus índices de liquidez, endividamento e rentabilidade para que elas continuem sobrevivendo no mercado e possam trazer o retorno esperado pelos seus sócios e/ou cooperados. O que não é diferente no setor de planos de saúde, que será objeto de estudos do trabalho, e que conforme Zirollo, Gimenes e Júnior (2013), além das dificuldades citadas há também dificuldades em relação a regulamentação do setor que se faz pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, que determina a cobertura dos planos de saúde e causa muitas vezes aumento nos custos das operadoras de forma imprevisível.

Portanto, é importante analisar a situação da empresa para tomar decisões que não comprometam sua saúde financeira. Diante disto, questiona-se: como a análise das demonstrações contábeis auxilia na tomada de decisões em uma operadora de planos de saúde atuante na região sul de Santa Catarina?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Objetivo geral deste estudo consiste em demonstrar a importância da análise das demonstrações contábeis para a tomada de decisões em uma operadora de planos de saúde do sul de Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos consistem em:

- ✓ Apresentar as Demonstrações Contábeis e seus conceitos;
- ✓ Realizar a análise patrimonial, econômica e financeira da empresa por meio de indicadores;
- ✓ Elaborar um parecer com pontos positivos e negativos sobre as análises realizadas;

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Analisar as demonstrações contábeis é indispensável para as empresas, pois esse procedimento contribuirá e facilitará a avaliação e o controle do desempenho do seu negócio. Então, a partir dos dados analisados quando comparados em períodos anteriores o gestor poderá ter uma visão de como a empresa se encontra e o que deverá ser feito para melhorar os pontos fracos do negócio.

Com o resultado da análise das demonstrações contábeis, os sócios e administradores poderão verificar o que deverá ser realizado para melhorar a situação da empresa, como por exemplo, se a empresa está precisando de investimentos, ou se deve expandir ou reduzir as operações.

Este estudo é relevante pois poderá auxiliar acadêmicos, professores e a sociedade em geral sobre a análise das demonstrações contábeis.

Os interessados poderão se beneficiar com a realização desse trabalho para identificar como o segmento dos prestadores de serviços de saúde está se comportando no mercado onde atua.

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

Finalizada a parte introdutória o trabalho está estruturado da seguinte forma: fundamentação teórica; análise e discussão do resultado empírico da pesquisa; e considerações finais. A fundamentação teórica traz o embasamento da literatura, com embasamento teórico e empírico sobre a análise das demonstrações contábeis. A análise empírica trará ênfase na importância da análise das demonstrações contábeis nas organizações.

Após esta fase são apresentados os procedimentos metodológicos com o método, abordagem, estratégia e técnicas de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo aborda-se o referencial teórico referente a contabilidade, as demonstrações contábeis e a análise das demonstrações contábeis.

2.1 CONTABILIDADE

A contabilidade é uma ciência antiga que segundo Silva e Martins (2009), surgiu para satisfazer a necessidade de conhecer e controlar seus bens.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014), a contabilidade é compreendida como um modelo de representação econômico-financeira de uma organização.

As informações contábeis são destinadas a diversos usuários, pois conforme Martins, Miranda e Diniz (2014), a contabilidade inicialmente era voltada a satisfazer apenas a necessidade do proprietário do patrimônio. Posteriormente, por volta de 1673, foi instituído o Código Comercial Francês onde ocorreu a normatização contábil para que as informações passassem a atender também aos credores que na época eram banqueiros. A partir daí as informações começaram a ser utilizadas para os investidores e também para o fisco.

Diante da importância e diversidade de usuários das informações contábeis, a análise das demonstrações contábeis tornou-se importante para que se consiga tomar decisões ainda mais precisas.

Para Braga (2006) a contabilidade é um meio de expressar os planos administrativos e relatar os resultados da administração. Segundo ele, a contabilidade fornece dados para analisar, avaliar e projetar os planos da administração.

Conforme Braga (2006 p. 26) “ A complexidade da tomada de decisões nos negócios da empresa acarretou o uso sistemático da contabilidade para controle e planejamento administrativo. ”

Visto a importância da contabilidade para a tomada de decisões nas empresas, traz-se em seguida o conceito das demonstrações contábeis, que serão a base para a análise dos resultados gerados pela empresa e assim possibilitando a tomada de decisões para resultados futuros.

2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram instituídas pela lei 6.404/76 art. 176 e alterada pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, onde estabelece que ao fim de cada exercício social as empresas deverão elaborar as demonstrações com base na situação patrimonial e mutação de patrimônio. As demonstrações exigidas por lei são:

- Balanço patrimonial;
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas Explicativas;
- Se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

As demonstrações contábeis ainda são também regulamentadas pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 26 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que apresenta os critérios para a elaboração.

Para ter mais credibilidade na análise das demonstrações contábeis, segundo Marion (2012), além das demonstrações citadas anteriormente é importante ter o parecer da auditoria que dará confiabilidade ao analista e também o relatório de administração.

Nesta sessão serão conceituadas as principais demonstrações contábeis relevantes aos estudos e a análise.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP), representa, conforme Sá (2005), o equilíbrio de valores entre débitos que são representados pelo efeito da aplicação patrimonial, e créditos que são representados pela origem do patrimônio.

Ainda para Sá (2005 p.35), “Um Balanço Patrimonial mostra, pois, de onde vieram os recursos (passivo) e em que estes, foram aplicados (ativo).”

O Balanço patrimonial é uma demonstração contábil muito importante, pois segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) ele apresenta a situação patrimonial e financeira da organização em um determinado momento de forma estática, sendo o ponto de partida para a análise das demonstrações contábeis.

O Balanço Patrimonial é formado por duas partes: o ativo e passivo. Conforme Iudícibus (2014) os itens do ativo são classificados no balanço por ordem de liquidez e os passivos por ordem de exigibilidade.

A Tabela 1 apresenta a estrutura básica de um balanço patrimonial:

Tabela 1 - Estrutura Básica do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponível	
Contas a Receber	Passivo Não Circulante
Estoques	
Ativo Não Circulante	Patrimônio Líquido
Ativo Realizável a Longo Prazo	Capital social
Investimentos	Reservas de Capital
Imobilizado	Reservas de Lucro
Intangível	Lucros/Prejuízos Acumulados

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme Martins, Miranda e Diniz (2014) o Balanço Patrimonial é de suma importância para a análise das demonstrações contábeis, pois ele traz a posição financeira da organização dando base para que sejam realizadas as análises.

Por meio do BP podem ser analisados os índices de liquidez, endividamento e capital de giro.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A demonstração do Resultado do Exercício (DRE), diferentemente do Balanço Patrimonial, demonstra o resultado gerado de um período. Conforme Iudícibus (2014), o DRE é um resumo das receitas e despesas em determinado período, trazendo a totalidade das receitas e deduzindo o total de despesas para chegar ao resultado de um período.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014), na DRE o resultado é apurado deduzindo das receitas todas as despesas e custos incorridos no período.

As receitas podem ser caracterizadas segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), como aumentos de benefícios econômicos, trazendo aumento de ativos ou diminuição de passivos. Já as despesas são decréscimos de benefícios econômicos trazendo uma diminuição de ativos ou aumento de passivos.

A apresentação do DRE conforme Martins, Miranda e Diniz (2014), parte da Receita Líquida, deixando a Receita Bruta e suas deduções para serem detalhadas em notas explicativas.

A Demonstração do Resultado do Exercício é apresentada de forma dedutiva conforme Tabela 2:

Tabela 2 - Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração do Resultado do Exercício - DRE
RECEITA LÍQUIDA
(-) Custo dos Produtos Vendidos ou Serviços Prestados
= LUCRO BRUTO
(-) DESPESAS OPERACIONAIS
(-) Despesas de Venda
(-) Despesas Administrativas
(+) Receitas Financeiras
(-) Despesas Financeiras
(-) Outras Receitas e Despesas Operacionais
= LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
= LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 41)

Após a apuração do resultado de Lucro ou Prejuízo do Exercício, o resultado irá compor as contas de Patrimônio líquido da organização. Logo têm-se a importância de analisar o DRE para entender o resultado de exercício.

Por meio do DRE podem ser analisadas as margens de lucro e extraídas informações para calcular a capacidade de geração de caixa por meio da atividade operacional de uma empresa.

2.2.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) é um relatório gerencial resumido que apresenta as entradas e saídas financeiras da empresa, possibilitando o planejamento e o controle dos recursos. A DFC foi instituída pela Lei 11.638/07 e é obrigatória para as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Para Marion (2012), a DFC evidencia as modificações ocorridas no saldo das disponibilidades em determinado período por meio de fluxos de pagamentos e recebimentos.

A DFC ainda, conforme Martins, Miranda e Diniz (2014), pode evidenciar as entradas e saídas financeiras dividindo-as em três grupos de atividades: atividade operacionais, de investimento e de financiamento.

Segundo os mesmo a atividade operacional está relacionada as entradas e saídas de atividades geradoras de receita; a atividade de financiamento está relacionada a gastos com aquisição de ativos e outros investimentos não relacionados a operação da empresa; e a de financiamento está relacionada as entradas e saídas referentes a composição de capital e endividamento da entidade.

A demonstração de fluxos de caixa ainda, conforme Marion (2014) pode ser obtida de forma direta, através da movimentação do caixa e equivalentes de caixa, e de forma indireta, com base no lucro ou prejuízo do período ajustado.

Cabe ressaltar a importância da demonstração dos fluxos de caixa para que possa se analisar e compreender o desempenho financeiro da organização.

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta sessão será abordada a metodologia referente a análise das demonstrações contábeis.

2.3.1 Análise Horizontal

A Análise Horizontal (AH) é um importante instrumento para que se possa comparar a situação econômico-financeira da empresa de forma tempestiva, ou seja, comparando diferentes períodos.

Para Marins, Miranda e Diniz (2014) a análise horizontal é uma análise tempestiva que possibilita analisar a evolução de uma conta ou grupo de contas por meio de números-índices. Segundo os mesmos é necessário estabelecer uma data base, que normalmente é o período anterior, e analisa-se a variação percentual das contas do período base para o período em teste.

Conforme Ludícibus (2014), a finalidade da AH é apontar o crescimento dos itens dos demonstrativos através dos períodos, a fim de caracterizar tendências.

Sendo assim, esta análise evidencia a mudança das demonstrações em diferentes períodos, avaliando as evoluções e regressões das contas dos demonstrativos.

2.3.1 Análise Vertical

Por meio da Análise Vertical (AV), pode-se verificar o percentual que uma conta representa de uma conta base, pois para Martins, Miranda e Diniz (2014), na Análise Vertical analisa-se a variação de uma conta com relação de uma conta base no mesmo período.

Para Marion (2012) a AV é uma divisão de uma grandeza por outra com dados de um mesmo período.

Logo a Análise vertical é um importante instrumento de análise, pois possibilita o usuário enxergar a representatividade de uma conta analítica em uma sintética.

2.3.4 Indicadores Financeiros

A análise dos indicadores financeiros fornece uma visão da situação financeira da empresa.

Conforme Padovese e Benedicto (2011), a análise dos indicadores financeiros consiste em analisar, através de números e percentuais, os resultados ou posição da organização com o objetivo de constatar o desempenho econômico-financeiro da entidade.

Quanto a periodicidade segundo Ludícibus (2014), o período das análises depende dos objetivos que se pretenda alcançar. Para fins gerenciais alguns itens

necessitam de acompanhamento mensal ou ainda um período menor, já para fins externos a análise poderá ser anual ou semestral.

Destacam-se como principais indicadores os de liquidez, endividamento, e capital de giro.

2.3.4.1 Indicadores de Liquidez

Os indicadores de liquidez mostram a capacidade que a empresa tem de honrar suas dívidas.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014), os indicadores de liquidez mostram a situação financeira de uma empresa frente os compromissos assumidos.

Os indicadores de liquidez geralmente utilizados são: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral.

2.3.4.1.1 *Liquidez Corrente*

O índice de Liquidez Corrente (LC) compara os ativos e passivos de curto prazo.

Segundo Iudícibus (2014, p.94), “ este quociente relaciona quantos reais dispomos, imediatamente disponíveis e conversíveis em curto prazo em dinheiro, com relação as dívidas de curto prazo. ”

O índice de LC indica quantos reais de ativo circulante existe para cada um real de passivo circulante. Neste índice, quanto maior o resultado melhor.

2.3.4.1.2 *Liquidez Seca*

No índice de Liquidez Seca (LS) são comparados os ativos e passivos circulantes, considerando somente os itens com maior liquidez.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014), a LS é determinada pela capacidade de pagar as dívidas somente com os ativos circulantes com maior liquidez, basicamente disponível e contas a receber.

Este indicador serve para demonstrar qual a capacidade de sanar suas dívidas caso a organização paralise suas atividades e fique com estoques obsoletos. Neste indicador são calculados quantos reais de ativo circulante, facilmente

transformado em dinheiro, a empresa tem para cada um real de passivo circulante. Quanto maior o resultado, melhor é a situação financeira.

2.3.4.1.3 Liquidez Imediata

A Liquidez Imediata (LI) evidencia a capacidade de quitação dos passivos circulantes com o que há de recursos em seu disponível.

Conforme Iudícibus (2014, p.93), “ Este quociente representa o valor de quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de curto prazo. ”

Para Martins, Miranda e Diniz (2014), ele representa a parcela de dívidas de curto prazo que poderiam ser pagas com os valores de caixa e equivalentes de caixa.

A LI representa quanto a empresa tem em dinheiro para cada um real de dívidas de curto prazo. Neste indicador quanto maior o resultado, melhor financeiramente a empresa está.

2.3.4.1.4 Liquidez Geral

A Liquidez Geral (LG) compara os ativos e passivos considerando circulantes e não circulantes.

Para Marion (2012, p. 81), a LG “ Mostra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a curto e longo prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a curto e longo prazo). ”

Segundo Iudícibus (2014), a importância de calcular a LG é que os índices correspondentes ao circulante podem estar bons, mas a saúde financeira da empresa não estar devido a empréstimos de longo prazo.

O índice de LG indica quanto de ativos de curto e longo prazo a empresa tem para cada um real de passivos de curto e longo prazo. Neste índice quanto maior o resultado melhor financeiramente está a empresa.

2.3.4.2 Indicadores de Endividamento

Estes indicadores demonstram a estrutura de capital da empresa. Segundo Padoveze e Benedicto (2011) os indicadores de endividamento mostram o percentual de ativos financiados com capital próprio e capital de terceiros.

Para Ludícibus (2014), eles relacionam as fontes de fundos, retratando a posição de capital próprio com relação ao capital de terceiros.

Os principais indicadores de endividamento são: endividamento total, composição do endividamento e participação de capital de terceiros.

2.3.4.2.1 Endividamento Total

O índice de Endividamento Total (ET) relaciona o percentual de recursos de passivos circulantes e não circulantes em relação ao passivo total.

Segundo Ludícibus (2014), ele “ expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais. Também significa qual a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros. ”

Neste índice quanto menor o financiamento de terceiros melhor a situação financeira da empresa, devido as despesas financeiras relacionadas a captação de recursos de terceiros.

2.3.4.2.2 Composição do Endividamento

O índice de Composição do Endividamento (CE) demonstra o percentual de dívidas de curto prazo em relação ao total do capital de terceiros.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014) “ o índice de composição do endividamento revela quanto da dívida total (passivo circulante + passivo não-circulante) com terceiros é exigível no curto prazo (passivo circulante). ”

Este índice evidencia quanto do endividamento está no curto prazo, para este índice quando menor o percentual, melhor a saúde financeira da empresa.

2.3.4.2.3 Participação de Capital de Terceiros.

O índice de Participação de Capital de Terceiros (PCT) mostra a representação em percentual referente ao financiamento de capital de terceiros em relação ao financiamento de capital próprio.

Para Iudícibus (2014) este é um dos quocientes mais utilizados para retratar o posicionamento da empresa em relação ao capital de terceiros, pois várias empresas que foram a falência apresentaram por muito tempo um alto índice de participação de capital de terceiros.

No índice de PCT quanto menor a participação de capital de terceiros melhor.

2.3.4.3 Administração de Capital de Giro

O Capital de Giro de uma empresa é representado pelo capital necessário para manter suas atividades. Para Assaf Neto (2015), o capital de giro é a junção dos elementos patrimoniais que financia as necessidades de investimento operacional de uma organização.

Muito importante para a administração de capital de giro, segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) é manter a situação financeira da entidade equilibrada, para cumprir os compromissos de forma que não impacte na rentabilidade da empresa.

Para uma boa administração de capital de giro é importante controlar o Capital Circulante Líquido (CCL), a Necessidade de Capital de Giro (NCG) e o saldo em tesouraria (ST).

2.3.4.3.1 *Capital Circulante Líquido*

O Capital Circulante Líquido representa a folga financeira de curto prazo de uma empresa. Para Martins, Miranda e Diniz (2014), o CCL é representado pela diferença entre o ativo e o passivo circulante, que representa que a empresa tem mais aplicações do que financiamentos de curto prazo.

A Figura 1 representa equação para encontrar o CCL:

Figura 1 - Cálculo Capital Circulante Líquido

Capital Circulante Líquido
$\text{CCL} = \text{AC} - \text{PC}$ <p>ou</p> $\text{CCL} = \text{PNC} + \text{PL} - \text{ANC}$

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 152)

Para Assaf Neto (2015) a análise do CCL é válida, mas não basta, pois, os ativos circulantes podem ser de natureza cíclica (permanente) como os estoques. Neste caso se forem financiados com recursos de curto prazo a empresa não terá folga financeira e necessitará de capital de giro extra.

2.3.4.3.2 Necessidade de Capital de Giro

A Necessidade de Capital de Giro evidencia a quantidade de recursos necessários para que a organização mantenha suas atividades. Segundo Assaf Neto (2015) a NCG revela o montante de capital permanente que a empresa necessita para financiar seu giro.

Para entender o que é a necessidade de capital é necessário saber o que são ativos e passivos operacionais e ativos e passivos financeiros.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014) tem-se a NCG pela diferença entre ativo operacional e passivo operacional. Ainda segundo eles a NCG representa a parte do ativo operacional que é financiada pelos passivos financeiros (empréstimos, duplicatas descontadas).

As principais contas dos grupos operacionais e financeiros para Assaf Neto (2015) são:

- Ativo Circulante Operacional: contas a receber, estoques, adiantamento a fornecedores.
- Ativo Circulante Financeiro: Disponibilidades, aplicações financeiras.
- Passivo Circulante Operacional: Fornecedores, impostos e salários a pagar.
- Passivo Circulante Financeiro: Empréstimos, financiamentos, duplicatas descontadas.

A Figura 2 demonstra a fórmula utilizada para calcular-se a NCG:

Figura 2 - Necessidade de Capital de Giro

Necessidade de Capital de Giro
NCG = AC Operacional - PC Operacional

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 154)

Desta forma a necessidade de capital de giro demonstra o quanto de recursos a empresa precisa para financiar e manter suas atividades.

2.3.4.3.3 Saldo em Tesouraria

O Saldo em Tesouraria para Martins, Miranda e Diniz (2014) é representado pela diferença entre ativo e passivo financeiro representando a capacidade ou não de honrar suas obrigações financeiras de curto prazo.

Segundo Assaf Neto (2015) o saldo em tesouraria é resultante de um capital circulante líquido maior que a necessidade de capital de giro.

A figura 3 representa a composição do CCL, NCG e ST:

Figura 3 - Composição CCL, NCG e ST

CCL	=	Ativo Circulante	-	Passivo Circulante
-		=		=
NCG	=	Ativo Circulante Operacional	-	Passivo Circulante Operacional
=		+		-
ST	=	Ativo Circulante Financeiro	-	Passivo Circulante Financeiro

Fonte: Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 154)

A análise do saldo em tesouraria é um complemento para uma boa administração do capital de giro, para que a empresa sempre tenha disponibilidade de recursos garantindo sua liquidez de curto prazo.

2.3.4.3.4 Análise do CCL, NCG e ST

Além da análise individual de cada um dos itens é importante analisá-los juntos para visualizar a situação financeira da empresa.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014) a análise dos três indicadores de forma conjunta, trará importantes evidências sobre a liquidez de curto prazo de uma empresa.

A Figura 4 demonstra esquema utilizado para analisar a situação financeira da empresa:

Figura 4 -Análise do CCL, NCG e ST

CCL	NCG	ST	Situação
+	-	+	Excelente
+	+	+	Sólida
+	+	-	Insatisfatória
-	+	-	Péssima
-	-	-	Muito Ruim
-	-	+	Alto Risco

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 155)

Por meio da figura percebe-se que para uma boa situação financeira a empresa precisa estar atenta para que sua NCG não seja maior que seu CCL, ocasionando desta forma um saldo em tesouraria negativo.

2.3.5 Indicadores Econômicos

Os Indicadores Econômicos são muito importantes para saber qual o retorno de uma empresa em determinado período.

Para Padoveze e Benedicto (2011, p.115), análise da rentabilidade “objetiva mensurar o retorno do capital investido e identificar fatores que conduziram a essa rentabilidade. ”

Segundo Iudícibus (2014), a rentabilidade não está atrelada somente ao lucro que a empresa obteve, mas sim a relação entre o lucro e algum valor que possa ser relacionada com o lucro, um exemplo é a relação do lucro com o capital investido.

Tem-se como principais indicadores de rentabilidade as margens de lucro, o retorno sobre o investimento, retorno sobre patrimônio líquido, lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA) ou *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* (EBTIDA).

2.3.5.1 Margens de Lucro

As margens de lucro são importantes indicadores de rentabilidade para uma empresa. Elas são divididas em Margem Bruta, Margem Líquida e Margem Operacional conforme representação na Figura 5:

Figura 5 - Margens de Lucro

Margem Bruta	Mede a rentabilidade das vendas, logo após a dedução de receita.
Margem Líquida	Mede o percentual de Lucro Líquido obtido em relação a Receita Líquida.
Margem Operacional	Indica o percentual de vendas convertido em lucro, ou seja, o percentual do lucro operacional sobre as receitas líquidas.

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014)

Em análise a figura percebe-se que os indicadores de margem de lucro são importantes pois por meio deles é possível verificar se o retorno dos investimentos aplicados na empresa é o esperado.

2.3.5.2 Retorno sobre o Investimento

O Retorno sobre o investimento é um importante indicador de rentabilidade, pois relaciona de forma percentual quanto o lucro líquido representou sobre o ativo total.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2014) “ ele evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação aos investimentos nela realizados. ”

O retorno sobre o investimento indica o quanto a empresa obteve de lucro em relação ao seu investimento total, para este índice quanto maior a rentabilidade, melhor para a empresa.

2.3.5.3 Retorno sobre o Patrimônio Líquido

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido confronta o lucro líquido do período com o patrimônio líquido. Para Ludícibus (2009) o índice de retorno sobre o patrimônio líquido representa os resultados alcançados da empresa em relação ao capital investido pelos acionistas.

Para Martins, Miranda e Diniz (2014) ele representa a capacidade da organização de remunerar o capital investido pelos sócios pois relaciona o lucro líquido, líquido de todos os encargos relativos a capital de terceiros.

A Figura 6 demonstra o cálculo do Retorno sobre o Patrimônio Líquido:

Figura 6 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Retorno sobre o Patrimônio Líquido
Retorno sobre o PL = $\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{PL (Inicial)}} \times 100$

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 200)

Visto o conceito do índice de retorno sobre o patrimônio líquido, percebe-se a importância de demonstra-lo aos sócios nos relatórios gerenciais para tomarem conhecimento do retorno obtido com o capital investido na empresa. Por meio do índice é evidenciado qual o percentual de lucro obtido em relação ao capital investido.

2.3.5.4 Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA)

O LAJIDA ou EBITDA, é um indicador que traz uma forma diferente de analisar os dados extraídos das demonstrações contábeis. Ele começou a ser utilizado por volta dos anos 70 nos EUA, já no Brasil passou a ser mais utilizado após a queda da inflação e o aquecimento do mercado financeiro. (Iudícibus, 2014).

Para Iudícibus (2014, p. 247) “ O EBITDA é uma medida essencialmente operacional, desconsidera os efeitos dos resultados financeiros, assim revelando o potencial da empresa para a geração de caixa operacional.

Conforme Assaf Neto (2015) o EBITDA equivale a um fluxo de caixa operacional da empresa pois parte de receitas que não necessariamente foram recebidas e abate despesas que não necessariamente foram pagas. Desta forma o EBITDA serve como um indicador do potencial de geração de caixa proveniente da operação da empresa.

A Tabela 3 demonstra como encontrar o EBITDA:

Tabela 3 - EBITDA

Demonstração do Resultado do Exercício
Receitas
(-) Custo dos Produtos Vendidos ou Serviços Prestados
= Lucro Bruto
(-) Despesas Operacionais
= EBITDA
(-) Despesas de Depreciação
Resultado Operacional antes do IR
(-) Despesas Financeiras
Resultado Operacional
(-) Provisão para IR e Contribuição Social
= Resultado Líquido

Fonte: Adaptado de Martins, Miranda e Diniz (2014, p. 205)

Segundo Assaf Neto (2015) o EBITDA serve também como um indicador global, pois analisa a capacidade operacional de uma empresa desconsiderando as variações tributárias e de políticas de depreciação, que podem ser diferentes se comparadas em empresas instaladas em diferentes países.

Com a conceituação percebe-se que o EBITDA é um importante indicador, possibilitando enxergar a capacidade de geração de caixa de uma empresa com suas atividades operacionais.

Para melhor entendimento e explicação das análises a Figura 7 traz os principais indicadores abordados no trabalho com uma explicação resumida:

Figura 7 - Principais indicadores

Liquidez Corrente	=	$\frac{AC}{PC}$	Capacidade de pagamento de curto prazo
Liquidez Seca	=	$\frac{AC - \text{Estoques}}{PC}$	Capacidade de pagamento de curto prazo com itens de maior liquidez
Liquidez Imediata	=	$\frac{\text{Disponível}}{PC}$	Capacidade de pagamento de curto prazo com caixa e equivalentes de caixa
Liquidez Geral	=	$\frac{AC + ANC}{PC + PNC}$	Capacidade de pagamento de curto e longo prazo
Endividamento Total	=	$\frac{PC + PNC}{\text{Passivo Total}} \times 100$	Grau de utilização de capital de terceiros
Composição do Endividamento	=	$\frac{PC}{PC + PNC} \times 100$	Grau de utilização de capital de terceiros de curto prazo
Participação de Capital de Terceiros	=	$\frac{PC + PNC}{PL} \times 100$	Grau de utilização de capital de terceiros em relação ao capital próprio
Margem Bruta	=	$\frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Rentabilidade após as deduções da receita.
Margem Líquida	=	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Percentual de lucro após a dedução dos custos.
Margem Operacional	=	$\frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Receita Líquida}} \times 100$	Rentabilidade após a dedução das despesas operacionais.

Fonte: Elaborado pelo autor

A figura 7 traz os principais indicadores com a forma de calcular e explicações resumidas o que facilitará o entendimento das análises que serão abordadas no estudo de caso deste trabalho.

2.4 SETOR DE SAÚDE SUPLEMENTAR NO BRASIL

O estudo de caso deste trabalho será com as demonstrações contábeis de uma empresa que atua no setor de saúde suplementar (setor de planos de saúde). Neste capítulo serão abordados o surgimento, a importância e alguns dados deste setor no Brasil.

Com a constituição federal de 1988, foi estabelecido no art. 196 que a saúde pública é um direito de todos e um dever do estado. No art. 198 constitui o sistema único de saúde, estabelecendo o dever do estado para com a saúde no âmbito federal, estadual e municipal.

Já a saúde suplementar foi estabelecida pelo art. 199 da constituição federal, passando a ser regulada de forma definitiva pela Lei n. 9.656 de 1998.

Segundo Zioldo, Gimenes e Junior (2013) a saúde suplementar no Brasil tem ganhado destaque não só pela quantidade de serviços realizados, mas também pela boa qualidade dos serviços prestados aos seus usuários.

Segundo dados da Agencia Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em março de 2017 a população atendida por planos de saúde passa de 47 milhões de pessoas. Com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE a população brasileira alcança 207 milhões de pessoas o que corresponde em média a 22,7 % da população brasileira sendo beneficiária de algum plano de saúde.

Conforme Zioldo, Gimenes e Junior (2013) o setor de saúde suplementar tornou-se indispensável para garantir a saúde da população brasileira pois sem a saúde suplementar os Sistema Único de Saúde – SUS não teria condições de suprir a demanda de atendimentos assistenciais.

Com a criação da Agencia Nacional de Saúde Suplementar – ANS, órgão regulador da saúde suplementar brasileira, Zioldo, Gimenes e Junior (2013) afirmam que tem sido cada vez mais difícil para os planos de saúde se manterem financeiramente. Segundo eles a ANS tem criado cada vez mais normas que aparentemente tenta transferir as responsabilidades constitucionais para as

operadoras de planos de saúde, tornando assim cada vez mais difícil a viabilidade econômico-financeira das entidades.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta, análise dos dados e por último, destacam-se as limitações da pesquisa.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que se refere a abordagem do problema a pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois para Alexandre (2014) a pesquisa qualitativa traz informações com base em fatos observados. Apesar de a contabilidade utilizar números, ela é considerada uma ciência social, e não uma ciência exata, o que justifica a relevância do uso da abordagem qualitativa

Quanto a apresentação dos objetivos, serão de forma descritiva. Segundo Cervo, Bervian e Da Silva (2007) a pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos que ocorrem nas ciências sociais. Desta forma a pesquisa é descritiva pois procura o problema, suas características, e compara informações em um período de tempo.

Quanto aos procedimentos, classifica-se como pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa bibliográfica porque é essencial conciliar a parte teórica com a prática. Para Cervo, Bervian e Da Silva (2007) qualquer espécie de pesquisa em qualquer área exige uma pesquisa bibliográfica prévia. Para Gil (2002, p. 54), o estudo de caso é caracterizado pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. ”

3.2 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Como instrumento de pesquisa para a realização do trabalho serão utilizados os dados informados nas demonstrações contábeis da empresa objeto desse estudo para os períodos de 2014, 2015 e 2016.

A coleta das informações se dará pelos documentos e relatórios fornecidos pela empresa pesquisada.

Com os dados coletados, poderão ser realizados os cálculos dos índices a fim de realizar a análise de seus aspectos econômicos e financeiros e a forma que eles podem auxiliar os gestores na tomada de decisão.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo será apresentado o histórico da empresa objeto de estudos para a elaboração do trabalho, bem como as suas demonstrações contábeis que servirão de base para a análise da situação econômica e financeira da empresa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa objeto de estudos preferiu não divulgar seu nome. Sua data de fundação e criação foi em 07/03/1991.

Caracteriza-se como uma sociedade de pessoas, de natureza civil, tendo como objetivo social à congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sendo registrada como Operadora de Planos de Saúde na ANS sob o nº 329339. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País.

Atualmente conta com mais de 400 médicos cooperados nas mais diversas especialidades e com um universo de aproximadamente 69.000 beneficiários em sua área de abrangência, que abrange os municípios da AMREC e AMESC.

A cooperativa também conta com uma rede de atendimento própria com hospital, centro clínico e laboratórios, além de aproximadamente 213 serviços credenciados de hospitais clínicas e laboratórios.

4.1.2 Principais atividades desenvolvidas

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de valor determinado – preço pré-estabelecido e por serviços realmente prestados – preço pós-estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados, rede própria e pela rede credenciada, visando o seu desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas e ainda divulgando e promovendo a educação cooperativista dos seus membros associados.

4.2 PADRONIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo as normas contábeis brasileiras, observando as peculiaridades da Lei 5.764/71 (Lei das Cooperativas), da legislação comercial e tributária, assim como, a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que padroniza o plano de contas para as Operadoras de Planos de Assistência à Saúde, através Resolução Normativa nº 290 e suas posteriores atualizações.

Porém para um melhor entendimento e análise, as demonstrações foram extraídas do padrão da ANS e adaptadas ao formato tradicional de estruturação de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) 26.

Nos próximos tópicos serão apresentadas as demonstrações já adaptadas e com os valores reais.

4.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Neste tópico serão apresentadas as análises das demonstrações contábeis adaptadas da empresa comparando dados dos anos de 2014, 2015 e 2016.

4.3.1 Análise horizontal e vertical

A seguir será apresentado o Balanço Patrimonial da empresa contendo as contas de ativo dos períodos analisados, conforme Tabela 4.

Tabela 4 - Análise do Balanço Patrimonial - Ativo

Balanço Patrimonial - em milhares de reais								
ATIVO	2016			2015			2014	
		AV %	AH %		AV %	AH %		AV %
ATIVO CIRCULANTE	40.586	52,4	33,6	30.369	47,6	8,7	27.940	48,3
Disponível	1.805	2,3	720,0	220	0,3	(55,3)	493	0,9
Realizável	38.780	50,1	28,6	30.148	47,2	9,8	27.447	47,4
Aplicações Financeiras Livres	8.535	11,0	(4,9)	8.972	14,1	(6,8)	9.623	16,6
Aplicações Financeiras Garantidoras	14.028	18,1	90,8	7.353	11,5	10,9	6.629	11,5
Clientes	9.773	12,6	14,2	8.555	13,4	2,5	8.348	14,4
Créditos Tributários e Previdenciários	302	0,4	(12,4)	345	0,5	(31,1)	501	0,9
Estoques	2.365	3,1	21,5	1.946	3,0	42,1	1.369	2,4
Adiantamentos	3.717	4,8	27,0	2.927	4,6	215,4	928	1,6
Despesas Antecipadas	59	0,1	26,1	47	0,1	19,2	39	0,1
Conta-Corrente com Cooperados	0	0,0	(96,1)	3	0,0	(66,4)	10	0,0
ATIVO NÃO CIRCULANTE	36.891	47,6	10,3	33.439	52,4	11,7	29.930	51,7
Realizável a Longo Prazo	210	0,3	1.714,5	12	0,0	(83,6)	71	0,1
Depósitos Judiciais e Fiscais	197	0,3	-	0	-	(100,0)	46	0,1
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo	13	0,0	14,6	12	0,0	(52,5)	24	0,0
Investimentos	4.403	5,7	15,7	3.806	6,0	21,2	3.139	5,4
Participações Societárias	4.403	5,7	15,7	3.806	6,0	21,2	3.139	5,4
Imobilizado	32.208	41,6	9,1	29.515	46,3	10,9	26.613	46,0
Imóveis de Uso Próprio	14.101	18,2	(1,7)	14.344	22,5	(1,7)	14.588	25,2
Imobilizado de Uso Próprio	9.967	12,9	(12,7)	11.411	17,9	(0,3)	11.449	19,8
Imobilizações em Curso	7.437	9,6	105,9	3.611	5,7	793,9	404	0,7
Outras Imobilizações	704	0,9	373,9	149	0,2	(13,9)	172	0,3
Intangível	71	0,1	(33,8)	107	0,2	(0,2)	107	0,2
TOTAL DO ATIVO	77.477	100,0	21,4	63.808	100,0	10,3	57.869	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se que as contas com maior representatividade no ativo são as aplicações financeiras, clientes e o grupo de imobilizado.

As aplicações financeiras garantidoras têm grande representatividade devido as exigências da ANS e servem como um “fundo garantidor” para as provisões técnicas que estão no passivo. Analisando as aplicações financeiras garantidoras horizontalmente vale ressaltar o aumento de 90,8% de 2015 para 2016, aumento devido as exigências da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, que em 2016 necessitava de R\$ 6.257 mil de vinculação ao órgão regulador. A operadora então possuiu em 31 de dezembro de 2016, R\$ 6.691 mil aplicados em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

O crescimento de 14,2% do saldo de clientes de 2015 para 2016 deve-se principalmente ao crescimento do faturamento que aumentou em 17,5%.

O grupo de imobilizados tem grande representatividade devido ao alto custo dos equipamentos hospitalares de seu hospital próprio. Vale destacar o crescimento da conta Imobilizações em curso que cresceu R\$ 7.000 mil de 2014 para 2016. Crescimento esse devido à imobilização dos gastos para a ampliação do hospital próprio.

A Tabela 5 trará as contas de passivo do balanço patrimonial com as análises verticais e horizontais.

Tabela 5 - Análise do Balanço Patrimonial - Passivo

Balanço Patrimonial - em milhares de reais								
	2016			2015			2014	
PASSIVO		AV %	AH %		AV %	AH %		AV %
PASSIVO CIRCULANTE	27.599	35,6	14,4	24.129	37,8	11,9	21.573	37,3
Provisões Técnicas	13.442	17,3	12,0	12.000	18,8	6,0	11.323	19,6
Fornecedores	4.815	6,2	35,1	3.564	5,6	41,8	2.513	4,3
Prestadores cooperados/terceirizados	1.880	2,4	0,8	1.865	2,9	0,2	1.861	3,2
Obrigações com Pessoal	3.107	4,0	13,9	2.729	4,3	10,5	2.469	4,3
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	3.867	5,0	8,6	3.562	5,6	13,5	3.139	5,4
Débitos Diversos	205	0,3	39,9	146	0,2	(26,8)	200	0,3
Conta-Corrente de Cooperados	283	0,4	7,4	264	0,4	291,4	67	0,1
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	15.835	20,4	14,9	13.778	21,6	(0,3)	13.826	23,9
Provisões Técnicas	127	0,2	(29,2)	179	0,3	45,0	124	0,2
Provisões para Ações Judiciais	15.247	19,7	14,9	13.274	20,8	(1,1)	13.420	23,2
Débitos Diversos	461	0,6	42,1	324	0,5	15,1	282	0,5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.044	43,9	31,4	25.901	40,6	15,3	22.470	38,8
Capital Social	10.552	13,6	10,2	9.571	15,0	4,9	9.120	15,8
Reservas	16.317	21,1	26,8	12.867	20,2	23,1	10.453	18,1
Resultado do Exercício	7.175	9,3	107,2	3.463	5,4	19,5	2.897	5,0
TOTAL DO PASSIVO	77.477	100,0	21,4	63.808	100,0	10,3	57.869	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Para o passivo as contas mais relevantes são as provisões técnicas, fornecedores, provisões para ações judiciais e o grupo do patrimônio líquido.

As provisões técnicas são provisões que atendem a normativas da ANS, sua constituição é realizada por meio de cálculos atuariais autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Tais provisões tem o objetivo de provisionar possíveis gastos com os beneficiários do plano de saúde.

O saldo da conta de fornecedores vem crescendo principalmente em função da maior quantidade de compras para a ampliação do hospital, visto que de 2014 para 2015 aumentou 41,8%, e de 2015 para 2016 aumentou 35,1%.

Na conta de provisões para ações judiciais estão inclusas provisões cíveis, trabalhistas e tributárias.

A maior representatividade das provisões é de provisões tributárias, que representa, por exemplo no ano de 2016, 91% da conta. Tais provisões são constituídas pois a empresa entende que a tributação deve ser feita somente sobre as receitas de atos não cooperativos, então exclui da base de cálculo dos tributos, serviços auxiliares de diagnóstico e terapia prestados por rede credenciada, que são interpretados como ato cooperado. Conservadoramente a cooperativa tem constituído contabilmente provisão para contingência tributária sobre os atos auxiliares.

Analisando de forma horizontal a conta de provisões para ações judiciais percebe-se que de 2014 para 2015 praticamente se manteve, mas para 2016 houve um aumento de 14,9% devido ao aumento no faturamento do ano 2016.

No grupo patrimônio líquido a variação se dá em todas as contas. Na conta de capital social há mensalmente integralizações de cota capital por parte do cooperados. Na conta de reservas são destinados os lucros do exercício anterior conforme destinação aprovada em assembleia dos cooperados. Já na conta de resultado do exercício houve crescimento devido a um crescimento no lucro líquido que cresceu 19,5% de 2014 para 2015 e 107,2% de 2015 para 2016.

A análise do crescimento do lucro líquido será realizada a seguir, onde será realizada a análise do DRE para os períodos de 2014, 2015 e 2016 conforme Tabela 6.

Tabela 6 - Análise DRE

DRE - em milhares de reais								
	2016			2015			2014	
		AV %	AH %		AV %	AH %		AV %
Receita Líquida	171.026	100,0	17,5	145.585	100,0	14,8	126.866	100,0
Receitas com Planos de Saúde	145.176	84,9	16,5	124.637	85,6	14,8	108.563	85,6
Receitas não relacionadas com Planos de Saúde	31.290	18,3	23,5	25.346	17,4	15,2	22.003	17,3
(-) Tributos	-5.440	(3,2)	23,7	-4.397	(3,0)	18,9	-3.699	(2,9)
Custo com prestação de serviços	-146.393	(85,6)	16,5	-125.674	(86,3)	16,2	-108.129	(85,2)
Custos com Plano de Saúde	-131.837	(77,1)	16,2	-113.427	(77,9)	17,6	-96.425	(76,0)
Custos não relacionados com Plano de Saúde	-14.556	(8,5)	18,8	-12.247	(8,4)	4,6	-11.704	(9,2)
RESULTADO BRUTO	24.634	14,4	23,7	19.911	13,7	6,3	18.738	14,8
Despesas de Comercialização	-991	(0,6)	3,4	-958	(0,7)	(1,5)	-973	(0,8)
Despesas Administrativas	-16.939	(9,9)	5,7	-16.028	(11,0)	6,3	-15.084	(11,9)
RESULTADO OPERACIONAL	6.704	3,9	129,3	2.924	2,0	9,1	2.680	2,1
Resultado Financeiro Líquido	1.926	1,1	61,0	1.196	0,8	36,4	877	0,7
Resultado Patrimonial	439	0,3	(1,8)	447	0,3	473,8	78	0,1
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	9.069	5,3	98,6	4.568	3,1	25,6	3.635	2,9
Imposto de Renda	-452	(0,3)	28,6	-352	(0,2)	120,7	-159	(0,1)
Contribuição Social	-176	(0,1)	24,1	-142	(0,1)	109,3	-68	(0,1)
RESULTADO LÍQUIDO	8.441	4,9	107,2	4.074	2,8	19,5	3.408	2,7

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar a receita líquida, percebe-se que a mesma tem crescido significativamente a cada ano, de 2014 para 2015 cresceu 14,8% e de 2015 para 2016 cresceu 17,5%. Já analisando os custos, o panorama não foi tão positivo pois em 2015 enquanto as receitas cresceram 14,8% e os custos cresceram 16,2%. Porém para o ano de 2016 o crescimento foi positivo, pois as receitas cresceram mais que os custos, ficando as receitas com crescimento de 17,5% e o custos com um crescimento de 16,5% que praticamente manteve o percentual de crescimento do ano anterior.

Analisando cada receita separadamente percebe-se que na atividade de planos de saúde em 2015 houve um crescimento significativamente maior dos custos em relação as receitas e em 2016 os

custos e as receitas cresceram praticamente o mesmo percentual. O que contribuiu para um crescimento acima do crescimento dos custos foram as receitas não relacionadas com planos de saúde, que cresceram 15,2% em 2015 enquanto os custos cresceram apenas 4,6%. Já em 2016 as receitas cresceram 23,5% e os custos 18,8%.

Analisando verticalmente a relação da margem bruta com a receita líquida nota-se a representatividade dos custos neste mercado, onde o custo representa mais de 85% das receitas. Para tal comparação tem-se a margem bruta de cada ano exemplificada na Figura 8.

Figura 8 - Análise Margem Bruta

Margem Bruta		
2016	2015	2014
14,4%	13,7%	14,8%

Fonte: Elaborado pelo autor

Em análise a Figura 08 nota-se que em 2015 a margem bruta diminuiu em relação a 2014, isso deve-se ao maior crescimento dos custos em relação as receitas no ano de 2015. Já em 2016 o índice melhorou por conta do crescimento maior da receita e menor dos custos.

Ao analisar as despesas operacionais na Tabela 6, percebe-se um fator positivo que tais despesas praticamente se mantiveram, crescendo abaixo da inflação e não acompanhando o crescimento das receitas.

Analisando verticalmente o resultado bruto deduzido das despesas operacionais tem-se a margem operacional, que será exemplificada na Figura 9.

Figura 9 - Análise Margem Operacional

Margem Operacional		
2016	2015	2014
3,9%	2,0%	2,1%

Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando os dados da Figura 9, a margem operacional praticamente se manteve de 2014 para 2015, mas quase dobrou de 2015 para 2016. Um ponto positivo a ser destacado é a representatividade das despesas administrativas em relação a receita, que em 2014 era de 12,7%, em 2015 de 11,7% e em 2016 diminuiu para 10,5%, tal diminuição contribuiu para a melhora da margem operacional e também para o resultado líquido da empresa.

Outro fator que tem contribuído para o resultado líquido e conseqüentemente para a margem líquida são os resultados não operacionais, mais especificamente o resultado financeiro líquido positivo composto principalmente das receitas de aplicações financeiras, que em 2015 cresceu 36,4% em relação a 2014, e de 2015 para 2016 cresceu 61%. Tal resultado positivo tem elevado a margem líquida da empresa e levado a um percentual maior do que a margem operacional mesmo após a diminuição do imposto de renda e contribuição social.

A Figura 10 apresenta a margem líquida calculadas para os períodos observados.

Figura 10 - Análise Margem Líquida

Margem Líquida		
2016	2015	2014
4,9%	2,8%	2,7%

Fonte: Elaborado pelo autor

Em análise percebe-se uma baixa margem líquida, visto que somente os custos consomem mais de 85% das receitas. Em análise a margem líquida, pode perceber-se que ela se manteve de 2014 para 2015, porém para 2016 ela quase que dobrou. Tal crescimento é influenciado por diversos fatores, o crescimento do faturamento acima do crescimento dos custos, as despesas operacionais que cresceram menos que a inflação para o ano e o aumento das receitas financeiras.

Outra demonstração a ser analisada neste estudo de caso é a demonstração dos fluxos de caixa, a Tabela 7 trará os dados dos anos 2014, 2015 e 2016, bem como a análise horizontal elaborada pelo autor.

Tabela 7 - Análise Fluxos de Caixa

Fluxos de Caixa - em milhares de reais					
	2016		2015		2014
		AH%		AH%	
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(+) Recebimento de Clientes	229.958	17,6	195.603	14,6	170.664
(+) Resgate/juros de Aplicações Financeiras	11.152	107,4	5.378	2,8	5.233
(-) Pagamento a Fornecedores	-166.056	14,9	-144.575	17,0	-123.532
(-) Pagamento de Pessoal	-20.989	10,3	-19.037	18,6	-16.053
(-) Pagamento de Tributos	-32.066	9,1	-29.393	19,9	-24.521
(-) Pagamento de Processos Judiciais	-796	43,0	-557	88,0	-296
(-) Aplicações financeiras	-15.323	310,4	-3.734	(56,7)	-8.630
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.881	59,5	3.687	28,7	2.865
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
(+) Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	45	-	0		0
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado	-4.042	21,9	-3.316	66,3	-1.994
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	-3.997	20,5	-3.316	66,3	-1.994
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	1.210	83,0	661	53,3	431
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	4.510	9,9	4.102	338,7	935
(-) Pagamento Empréstimos/Financiamentos	-4.510	9,9	-4.102	338,7	-935
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-1.161	12,3	-1.034	13,4	-912
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-348	27,9	-272	317,5	-65
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-299	(53,7)	-644	18,1	-545
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	1.585	(682,0)	-272	(183,6)	326
CAIXA – Saldo Inicial	220		493		167
CAIXA - Saldo Final	1.805		220		493

Fonte: Elaborado pelo autor

A demonstração dos fluxos de caixa divulgada pela empresa foi elaborada pelo método direto.

As aplicações estão classificadas nas atividades operacionais pois a ANS classifica as aplicações dessa forma, já que tais aplicações são garantidoras das provisões técnicas do passivo da empresa.

Em análise a Tabela 7 percebe-se que na atividade operacional da empresa houve em todos os anos geração de caixa operacional positivo, e tal geração cresceu 28,7% de 2014 para 2015 e em 2016 cresceu 59,5% em relação a 2015.

Para a atividade de investimentos em todos os anos houve consumo de caixa, sendo que a variação se deve ao pagamento pela aquisição de ativos imobilizados e a ampliação do hospital próprio.

Sobre a atividade de financiamento vale destacar que em todos os anos, os empréstimos tomados foram amortizados, pois são empréstimos de giro.

Para os anos de 2014 e 2016 houve geração de caixa positiva. Já para 2015 houve consumo de caixa já que o consumo das atividades de investimentos e financiamento foi maior que a geração de caixa operacional.

4.3.2 Análise dos índices de liquidez

Os indicadores de liquidez apontam a capacidade de pagamento das organizações. A Figura 11 apresenta os resultados dos índices aplicados pelo autor.

Figura 11 - Análise Índices de Liquidez

Índices de Liquidez			
Liquidez	2016	2015	2014
Corrente	1,47	1,26	1,30
Seca	1,38	1,18	1,23
Imediata	0,07	0,01	0,02
Geral	0,94	0,80	0,79

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando a liquidez corrente que considera a capacidade de pagamento em curto prazo, de 2014 para 2015 houve uma pequena diminuição, mas cresceu em 2016. O mesmo acontece para a liquidez seca que mede a mesma capacidade, mas desconsidera os estoques. Em ambas o resultado é positivo pois há mais direitos do que obrigações em curto prazo. Em relação a empresa estudada a liquidez seca se assemelha à liquidez geral pois sua atividade é prestação de serviços e os estoques são apenas para uso e consumo.

A liquidez imediata considera a capacidade de pagamento apenas com os itens de caixa e equivalentes de caixa. O resultado para este indicador é negativo, mas não representa risco a entidade, visto que o capital da empresa está aplicado em aplicações financeiras.

Analisando a liquidez geral, que mede a capacidade de pagamento em curto e longo prazo, perde-se que há um resultado insatisfatório, visto que suas obrigações de curto e longo prazo são maiores do que seus direitos para ambos os anos. Porém ao longo dos anos este índice vem apresentando melhora, passando de 0,79 em 2014, para 0,94 em 2016.

4.3.3 Análise dos índices de endividamento

Os índices de endividamento apresentam a estrutura de capital da empresa. Foram aplicados os índices com as demonstrações contábeis da empresa para analisar sua estrutura de capital, conforme Figura 12.

Figura 12 - Análise Índices de Endividamento

Índices de Endividamento			
Índices	2016	2015	2014
Endividamento Total	56,1%	59,4%	61,2%
Composição do Endividamento	63,5%	63,7%	60,9%
Participação de Capital de Terceiros	127,6%	146,4%	157,5%

Fonte: Elaborado pelo autor

O endividamento total mede o percentual de capital de terceiros em relação ao Passivo total, dessa forma percebe-se com a análise que o endividamento total supera 50% em todos os anos. Apesar de superar os 50% isso oferece baixos riscos a empresa, pois abaixo de 60% de endividamento total considera-se uma normalidade. Um ponto positivo é a diminuição ao longo dos anos.

Composição do endividamento evidencia quanto do capital de terceiros é de custo prazo, analisando os anos o percentual praticamente se manteve. Esse grau de composição do endividamento de curto prazo maior se dá principalmente pelas provisões técnicas que são grande parte de curto prazo.

A participação de capital de terceiros mede quanto há de capital de terceiros em relação ao capital próprio (patrimônio líquido). Apesar de ter uma participação de capital de terceiros maior que o capital próprio o percentual apontado vem diminuindo a cada ano e gira em torno de uma normalidade de participação.

4.3.4 Análise dos índices de rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade servem para que a empresa tome conhecimento de quanto o capital investido nas operações está rendendo.

A Figura 13 traz o percentual de retorno do investimento, que é o percentual do lucro líquido em relação ao investimento total (ativo total).

Figura 13 - Análise Retorno sobre o Investimento

Retorno sobre o Investimento		
2016	2015	2014
10,9%	6,4%	5,9%

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando a Figura 13, nota-se um baixo retorno em relação ao total de capital investido, mas que tem crescido a cada ano. De 2014 para 2016 o retorno sobre os investimentos aumentou 5 pontos percentuais.

Apesar de o índice de retorno sobre o investimento representar o percentual de retorno sobre o ativo total da empresa, ele não representa quanto do lucro líquido representa sobre o total investido pelos cooperados. Desta forma, a Figura 14 traz o índice de retorno sobre o patrimônio líquido.

Figura 14 - Análise Retorno sobre o PL

Retorno sobre o PL		
2016	2015	2014
32,6%	18,1%	17,4%

Fonte: Elaborado pelo autor

E relação ao patrimônio líquido, a empresa teve nos anos pesquisados um bom desempenho. Visto também, o crescimento de 2016 que aumentou 14,5 pontos percentuais em relação ao ano de 2015.

4.3.5 Análise da administração do capital de giro

Para analisar a administração do capital de giro serão observados três indicadores, o Capital Circulante Líquido (CCL), a Necessidade de Capital de Giro (NCG) e o Saldo em Tesouraria (ST).

A Figura 15 apresenta os resultados obtidos pelo autor através do cálculo dos indicadores com as demonstrações contábeis da empresa estudada.

Figura 15 - Análise Administração do Capital de Giro

Análise Administração do Capital de Giro			
Indicador	2016	2015	2014
Capital Cículante Líquido	12.987	6.239	6.367
Necessidade de Capital de Giro	2.647	-2.953	-3.749
Saldo em Tesouraria	10.340	9.192	10.115

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o CCL, percebe-se que ele praticamente se manteve nos anos de 2014 e 2015, mas no ano 2016 ele mais que dobrou. Isso aconteceu, principalmente, pois no ano de 2016 as aplicações financeiras

garantidoras aumentaram 90,8%, refletindo no Capital Circulante Líquido. Para ambos os anos o saldo de CCL foi positivo.

Em análise à NCG, pode-se apontar uma necessidade negativa em 2014, e que se manteve negativa, mas diminuiu em 2015. Já para 2016 a empresa passou a ter uma NCG positiva, conforme comentado anteriormente, muito por conta das aplicações financeiras garantidoras.

Examinando o saldo em tesouraria, nota-se que houve pouca variação entre os anos, mantendo-se positivo em ambos.

Analisando os resultados obtidos e fazendo um comparativo com a Figura 4, página 30, pode-se dizer que no quesito administração do capital de giro a empresa se manteve excelente nos anos de 2014 e 2015, e no ano de 2016 passou para a classificação de empresa sólida.

4.3.6 Análise EBITDA

O EBTIDA é um importante indicador que mede a capacidade de geração de caixa de uma empresa com suas atividades operacionais.

A Figura 16 apresenta o cálculo do EBTIDA com os dados da empresa pesquisada e posteriormente serão abordadas as análises deste indicador.

Figura 16 - Análise EBITDA

EBITDA								
Ano	2016	AV%	AH%	2015	AV%	AH%	2014	AV%
Receita	171.026	100,0	17,5	145.585	100,0	14,8	126.866	100,0
Custo	-146.393	(85,6)	16,5	-125.674	(86,3)	16,2	-108.129	(85,2)
Resultado Bruto	24.634	14,4	23,7	19.911	13,7	6,3	18.738	14,8
Desp. Operacionais	-17.929	(10,5)	5,6	-16.986	(11,7)	5,8	-16.057	(12,7)
Depreciação	3.024	1,8	4,5	2.893	2,0	4,6	2.766	2,2
EBITDA	9.728	5,7	67,2	5.817	4,0	6,8	5.447	4,3

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o resultado do EBTIDA para os anos de 2014, 2015 e 2016 percebe-se o crescimento da geração de caixa operacional entre os anos de 2015 e 2016 que foi de 67,2%. Tal crescimento está relacionado com o crescimento da receita acima do crescimento dos custos e despesas operacionais.

Ao fim, a empresa apresenta uma boa capacidade de geração de caixa operacional, obtendo no ano de 2016 mais de 9 milhões de EBTIDA, correspondendo a 5,7% de sua receita líquida de vendas.

4.4.7 Parecer de análise

Conforme Silva (2017), o mercado de saúde suplementar tem se mostrado um mercado dinâmico, onde é imprescindível que as empresas avaliem seus resultados e tomem as decisões corretas para manter-se competitivas no mercado.

Em análise as demonstrações contábeis da empresa, comparando os anos de 2014, 2015 e 2016, pôde perceber-se que a empresa tem melhorado seus resultados, principalmente no último ano.

No Balanço patrimonial para o ano de 2016 a empresa apresentou um ativo total de R\$ 77.477 mil, um patrimônio líquido de R\$ 34.044 mil e uma receita líquida de R\$ 8.441 mil que cresceu 107,2% em relação ao ano de 2015.

Em seu DRE destaca-se em 2016 o crescimento de 17,5% da receita líquida em relação a 2015, e o crescimento dos custos que foi menor que o das receitas, chegando a 16,5%. Muito deste crescimento se dá as receitas não relacionadas ao plano de saúde que cresceram 23,5%, enquanto seus custos cresceram apenas 18,8%.

Em relação as margens de lucro, a margem bruta piorou de 2014 para 2015, passando de 14,8% para 13,7%, mas quase retomou o mesmo percentual em 2016, chegando a 14,4%. Para a margem operacional ela praticamente manteve-se em 2014 e 2015 passando de 2,1% para 2,0% respectivamente, e em 2016 aumentou, chegando a 3,9%. Já a margem líquida cresceu em todos os anos passando de 2,7% em 2014 para 4,9% em 2016.

No demonstrativo dos fluxos de caixa foi observado que a atividade operacional gerou caixa positivo em todos os anos, apesar disso no ano de 2015 houve um consumo de caixa das atividades de investimento e financiamento que não foi possível cobrir com o caixa operacional, gerando assim um consumo de caixa neste ano. Para os outros anos a atividade operacional cobriu o consumo de caixa das outras atividades.

Analisando os índices de liquidez a empresa se mantém bem para honrar suas dívidas de curto prazo. Já para as dívidas de curto e longo prazo, no que diz respeito a liquidez geral, a empresa apresenta um resultado que não é bom, mas vem melhorando aos anos, chegando em 2016 a uma liquidez geral de R\$ 0,94 para cada um real de dívidas de curto e longo prazo.

Em relação aos índices de rentabilidade, ambos melhoraram, chegando em 2016 a 10,9% de retorno sobre o investimento e 32,6% de retorno sobre o PL.

Analisando os índices da administração de capital de giro, percebe-se que em 2016 o capital circulante líquido e o saldo em tesouraria melhoraram, mas o a necessidade de capital de giro que era negativa passou a ser positiva. O que abre um alerta para a empresa para que tome cuidado para não tomar recursos de terceiros para seu capital de giro, para não aumentar suas despesas financeiras e diminuir seus resultados futuros.

Com relação a capacidade de geração de caixa operacional, medido pelo EBITDA, a empresa se mantém gerando caixa com suas operações e tem melhorado a cada ano, passando de R\$ 5.447 mil em 2014 para R\$ 9.728 mil em 2016.

Em relação ao endividamento, a empresa não tem nenhum tipo de financiamento ou leasing, seu endividamento total fica entre 61% e 56%, o que fica dentro da normalidade. A composição do endividamento chegou a 63,7%, isso se dá principalmente pelas provisões de curto prazo. Já em relação ao grau de participação de capital de terceiros o índice vem diminuído, passando de 157,5% em 2014 para 127,6% em 2016.

Em um panorama geral a empresa se mantém sólida no mercado, com bons indicadores necessitando apenas uma atenção para a necessidade de capital de giro, para que as despesas financeiras não comprometam o crescimento da receita.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das demonstrações contábeis é um importante instrumento na gestão empresarial, pois contribui para a tomada de decisões no processo de gestão de uma empresa. Por conta deste fato, a análise das demonstrações contábeis como um instrumento gerencial tem se tornado imprescindível nos mais diversos segmentos.

O objetivo desta pesquisa foi demonstrar a importância das demonstrações contábeis para a tomada de decisões em uma operadora de planos de saúde do sul de Santa Catarina. No estudo foram analisadas as demonstrações contábeis da empresa nos períodos de 2014, 2015 e 2016 com os valores reais.

Em relação ao primeiro objetivo específico, apresentar as demonstrações contábeis e seus conceitos, foram apresentadas as demonstrações contábeis e seus conceitos para um melhor entendimento e contextualização do que seria tratado no trabalho.

Quanto ao segundo objetivo específico, realizar a análise patrimonial, econômica e financeira da empresa por meio de indicadores, foram analisadas as demonstrações contábeis e evidenciadas as mutações nelas ocorridas, destacando as variações patrimoniais, econômicas e financeiras.

Já para o terceiro objetivo específico, elaborar um parecer com pontos positivos e negativos sobre as análises realizadas, o parecer foi elaborado destacando o boa situação da empresa e alertando para o crescimento da necessidade de capital de giro da empresa.

Por fim, conclui-se que a análise das demonstrações contábeis foi uma ferramenta importante para a empresa. A análise mostrou de forma clara e objetiva os pontos positivos que precisam ser mantidos e os pontos que precisam ser melhorados, contribuindo assim para a tomada de decisão dos gestores. Diante disso, a análise das demonstrações contábeis possibilita uma otimização nos resultados da empresa, por meio de decisões corretas para atingir os objetivos almejados pela empresa.

REFERÊNCIAS

Alexandre, Agripa Faria. **Metodologia científica e educação** / Agripa Faria Alexandre. 2.ed. – Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

Assaf Neto, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro** / Alexandre Assaf Neto. – 11. Ed. – São Paulo: Atlas, 2015.

Braga; Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação** / Hugo Rocha Braga. – 5. ed. – 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.656, de 3 de junho de 1998. Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 1998.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em 26 de agosto de 2017.

Cervo, Amado Luiz. **Metodologia científica** / Amado Luiz Cervo, Pedro Alcino Bervian, Roberto da Silva. – 6.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Gil, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Projeção da população do Brasil e das Unidades da Federação**
<https://ww2.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>- Consulta realizada em 01/09/2017.

Iudícibus, Sérgio de. **Análise de balanços** / Sérgio de Iudícibus. – 10.ed. – 6.rempr. – São Paulo: Atlas, 2014.

Marion, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial** / José Carlos Marions. – 7.ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

Martins, Eliseu. **Análise didática das demonstrações contábeis** / Eliseu Martins, Gilberto José Miranda, Josedilton Alves Diniz. – São Paulo: Atlas, 2014.

Padoveze, Clóvis Luís. **Análise das demonstrações financeiras** / Clóvis Luís Padoveze, Gideon Carvalho de Benedicto. – 3.ed.rev.e ampl. – São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Sá, Antônio Lopes de. **Moderna análise de balanços ao alcance de todos** / Antônio Lopes de Sá / 1ª ed. (ano 2005), 2ª tir./ Curitiba: Juruá, 2006.

Silva, Antonio Carlos Ribeiro da. **História do pensamento contábil.** / Antonio Carlos Ribeiro da Silva, Wilson Thomé Sardinha Martins. / 1ª ed. (ano 2006), 4ª tir. / Curitiba: Juruá, 2009.

SILVA, Rafael Candido; SANTOS, Rodolfo Rocha; DA SILVA MACEDO, Marcelo Alvaro. **Análise do desempenho econômico-financeiro de operadoras de planos de saúde no Brasil.** Contabilometria, v. 4, n. 2, 2017.

ZIROLDO, Rodrigo Romera; GIMENES, Rafaela Okano; JÚNIOR, Clóvis Castelo. **A importância da saúde suplementar na demanda da prestação dos serviços assistenciais no Brasil.** Mundo saúde (Impr.), v. 37, n. 2, p. 216-221, 2013.